

Nota da Adunesp sobre a reestruturação da rede: Interromper a reforma e ouvir a comunidade!

A Associação dos Docentes da Unesp - Adunesp apoia as crescentes manifestações de estudantes, professores, funcionários e pais contra as anunciadas mudanças na rede estadual de ensino paulista, e explica a seguir porquê.

Sem nenhum debate efetivo com a comunidade diretamente envolvida, no dia 22/9 a Secretaria da Educação do Estado (SEE-SP) anunciou a intenção de reorganizar as escolas por ciclos de ensino a partir de 2016. Com isso, a intenção é ampliar o número de escolas que passarão a atender somente um dos três ciclos do ensino: anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º), anos finais (6º ao 9º) e Ensino Médio. Atualmente, uma escola pode atender aos três simultaneamente.

Até poucos dias atrás, não se conheciam detalhes da proposta. Agora, se sabe que mais de um milhão de alunos (dos 3,8 milhões) serão obrigados a se transferir de suas unidades atuais, resguardado o deslocamento máximo de até 1,5 km para a nova unidade. A SEE-SP também confirma que 94 escolas serão fechadas.

O fato de o governo divulgar uma reforma desta envergadura sem debatê-la com a sociedade já é um primeiro aspecto deplorável. Elementar seria que os atores sociais diretamente envolvidos – os trabalhadores das escolas, alunos e suas famílias – fossem ouvidos.

As “razões” do governo

O objetivo, segundo o governo, é “preparar as escolas para atender às demandas de cada etapa escolar e de cada faixa etária; favorecer a gestão das unidades; e adequar o novo modelo escolar às fases de aprendizado dos alunos”. Tal afirmação, ainda de acordo com o governo, está alicerçada em duas constatações: 1) que as escolas de ciclo único obtêm melhores resultados em avaliações do Saesp e Prova Brasil (argumento utilizado sem comprovação científica) e 2) que a população em idade escolar no estado de São Paulo passa por uma retração, tendo perdido cerca de dois milhões de alunos entre os anos de 1998 a 2015.



Ainda que este segundo argumento careça de sustentação estatística – quanto desta queda se deve à redução da taxa de natalidade e quanto se deve à evasão escolar? – um governo minimamente comprometido com a educação pública se apropriaria desta nova realidade demográfica para tentar corrigir problemas históricos da rede estadual paulista: salas superlotadas, jornada exaustiva para os professores, baixo aproveitamento escolar. Reorganizar as escolas a partir de um número menor de estudantes por sala – são até 35

no Ensino Fundamental e 40 no Ensino Médio atualmente – seria um passo para ampliar a qualidade do ensino oferecido à população.

Em nota, o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) aponta nesta direção ao afirmar que não há “preocupação pedagógica na reorganização, tratando-se apenas de uma mudança física, descolada de um verdadeiro projeto educacional, que vai desorganizar a rede”. Em vez disso, a Apeoesp enfatiza que o governo deveria “valorizar os profissionais do magistério e resolver os problemas estruturais das escolas, assegurando condições de trabalho aos professores e de aprendizagem aos estudantes”.





As fotos desse boletim foram feitas em manifestações de alunos e professores e publicadas pelo G1 e pela Carta Capital

Um projeto iniciado há 20 anos

É importante lembrar que a reestruturação em andamento não surge como um raio em céu de brigadeiro. A história se repete. Em 1995, o governador Mário Covas (PSDB) e a então secretária de Educação, Rose Neubauer, realizaram uma reorganização similar, que causou a demissão de mais de 20 mil professores, desorganização e transtornos nas famílias dos estudantes e uma série de outros prejuízos à educação pública estadual.

Cenário privatizante

O projeto de Plano Estadual de Educação (PEE-SP) enviado pelo governo à Assembleia Legislativa, o PL 1.083/2015, apresenta alguns tópicos que guardam relação direta com a reestruturação das escolas que está sendo imposta agora. Isso fica claro especialmente nas metas 21, 22 e 23 do projeto.

A Meta 21 pretende avançar no espaço de deliberação dos municípios, ao legislar unilateralmente sobre a intensificação da municipalização do Ensino Fundamental no estado. A intenção do governo, ao que tudo indica, é completar a municipalização dos primeiros anos do EF no próximo decênio. A reorganização das escolas por ciclos cria, inclusive, as condições para ampliar a municipalização para os anos do segundo ciclo do EF.

A Meta 22 pretende incluir nesse plano decenal, sem discussão alguma com a comunidade educacional, a reforma do Ensino Médio, saída direta e exclusivamente do âmbito da SEE-SP, à revelia, inclusive, da discussão nacional sobre o currículo da educação básica, em curso. Nesta meta, prevê-se a flexibilização e diversificação do currículo do EM.

Já a Meta 23 propõe “viabilizar um novo modelo de formação para os profissionais da SEE, visando ao exercício do magistério e/ou das atividades relacionadas

à gestão da educação pública”, englobando professores e servidores técnicos.

Nas três metas, está implícito o estabelecimento de parcerias com o setor privado. Nas escolas municipalizadas, estudos mostram que o terreno tem sido fértil para a aquisição dos chamados “sistemas de ensino” de escolas privadas (via apostilamento), ampliação das contratações terceirizadas e das parcerias público-privadas. A reforma curricular prevista no Ensino Médio também abre as portas para tais parcerias com o setor privado, no sentido de “viabilizar a extensão do tempo de permanência do aluno em atividades correlacionadas ao currículo”, como diz o projeto de PEE do governo. A contratação de módulos privados para formação continuada nas escolas também parecer ser o caminho “natural” neste sentido.

Reação

A proposta de PEE do governo estadual, juntamente com a reestruturação em curso, se inserem na lógica de um projeto privatizante (não declarado) que engloba o Ensino Fundamental, Médio e Superior, o que exige uma reação imediata e incisiva de todas as entidades que defendem o ensino público de qualidade em todos os níveis.

A Adunesp soma sua voz à das entidades dos movimentos sociais e sindicais, repudiando a adoção de medidas de tão grande impacto sem uma ampla discussão com a sociedade paulista, em especial com os principais setores sociais envolvidos.

O mínimo que se espera da SEE-SP – aliás, capitaneada por um ex-reitor da Unesp – é que interrompa a reestruturação imediatamente, sob risco de causar danos graves ao sistema, e convoque a comunidade ao debate. A realização de audiências públicas em todo o estado, neste sentido, seria um bom caminho.